

# 2015

## EM DEBATE

### OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 7 - N.05  
Dezembro de 2015  
ISSN: 2176 - 4883



#### DOSSIÊ

Novas tendências em  
Comunicação Política

Jairo Pimentel Jr.  
Joscimar Souza Silva  
Emerson Urizzi Cervi  
Fernanda Cavassana de Carvalho  
Jaqueline Kleine Buckstegge  
Nayla Lopes

**OPINIÃO**  
Juan Vicente Bachiller

**RESENHA**  
Bruna Cavalcanti



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa  
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral  
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627  
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

# OS PARTIDOS E A DEMOCRACIA DIGITAL NO EXERCÍCIO DOS GOVERNOS

Josimar Souza Silva  
Faculdade Guanambi  
✉ joscimar144@gmail.com

**Resumo:** *O presente artigo<sup>1</sup> analisa como os governos estaduais brasileiros têm utilizado dos seus sites governamentais considerando três grandes conjuntos de variáveis: informação, participação e transparência, avaliando a existência e o funcionamento de mecanismos digitais nos sites a fim de promover o que se denomina democracia digital. A partir dessa avaliação buscou traçar uma análise de relação desses resultados com o partido político que encabeça a formação governamental, tendo como amostra governos de diferentes composições ideológicas. A discussão retoma o papel da comunicação governamental e o uso da internet para fins de ampliação dos espaços democráticos. Os resultados apresentam a fraca influência dos partidos, independentemente do perfil ideológico, em oferecer os mecanismos que possam suscitar possibilidades efetivas de aproximação entre representantes e representados e propõe algumas perspectivas de pensar o objeto de estudo.*

**Palavras-chave:** *sites governamentais; e-democracia; governos subnacionais.*

**Abstract** *This article analyzes how the Brazilian state governments have used their government websites considering three major sets of variables: information, participation and transparency by assessing the existence and operation of digital mechanisms in sites in order to promote what is called digital democracy. From this evaluation sought to draw a ratio analysis of these results with the political party that heads the government formation, with a sample governments of different ideological compositions. The discussion takes up the role of government communication and Internet use for expansion purposes democratic spaces. The results show the influence of weak parties, regardless of ideological profile, provide the mechanisms which could raise effective possibilities of closer ties between representatives and represented, and proposes some perspectives of thinking the object of study.*

**Keywords:** *government websites, e-democracy, subnational governments.*

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte da pesquisa de dissertação de Mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol-UFSCar), sob orientação do Professor Dr. Fernando Azevedo, a quem agradeço pela aprendizagem e incentivos dados à vida acadêmica.

## **Introdução**

A análise sobre democracia digital tem fundamento em dois grandes campos de reflexão: o primeiro pensa o desenvolvimento e a ampliação do uso das tecnologias de informação e comunicação e seus impactos na sociedade e no Estado (CASTELLS, 1999; 2013) e o segundo reflete a necessidade da ampliação dos espaços democráticos (PATEMAN, 1992; SANTOS, 2009). Esses dois campos de reflexões dão os subsídios para pensarmos sobre a democracia digital, possível resposta política aos déficits de boa governança, através do uso das TICs (BEZERRA, 2008).

Partindo desses e de outros referenciais, o presente trabalho busca traçar algumas reflexões sobre as relações entre internet e política, pensando especialmente nos espaços institucionais de promoção de informação, transparência e participação política. Na discussão teórica foram apresentadas diferentes possibilidades de pensar o objeto – sites governamentais enquanto promotores de espaços de ampliação democrática, as relações entre internet e Estado e as relações entre internet e governo – enquanto a análise empírica foca especificamente sobre a análise de sites governamentais e seu uso enquanto instrumento para expansão de espaços democráticos dentro das instituições políticas, tendo como foco de análise os governos subnacionais (estaduais) brasileiros, traçando relações com o partido no poder.

Os Executivos estaduais que tem seus *web sites* compondo a amostra da pesquisa são os dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina no governo em exercício entre os anos 2011 a 2014. A escolha desses estados/governos estaduais para terem seus *web sites* analisados se deu a partir do perfil ideológico dos partidos no exercício do governo, que seria uma das possíveis variáveis explicativas independentes para o exercício da boa governança via *web*. Contudo, há ainda um debate que é precedente a esse: se o perfil ideológico dos partidos políticos influencia ou não a criação,

manutenção e a qualidade dos espaços de participação tradicionais (AVRITZER, 2009 *apud* ROMÃO, 2010).

O objeto sobre o qual nos debruçamos teoricamente são as transformações na teoria democrática contemporânea, através das quais se pensam a abertura de novos ambientes de participação democrática, discute os problemas de opacidade nas informações políticas e governamentais e reflete sobre o papel da informação política diante do corpo de cidadãos. Para isso, além da teoria democrática, incorporamos às reflexões alguns elementos de estudos de comunicação política, especialmente a comunicação pública.

O nosso objeto de análise empírica são os *web sites* governamentais na esfera subnacional (estadual) brasileira. Esse objeto de análise traz interfaces empíricas e teóricas com algumas outras reflexões muito importantes da Ciência Política brasileira, a exemplo do papel desempenhado pelos governos subnacionais ante uma forte concentração de poder no Governo Federal (ANDRADE, 1998), além da relação entre internet e política no contexto brasileiro e o papel da internet nos processos de ampliação dos espaços democráticos (BEZERRA, 2008; BRAGA, 2007; FARIA, 2012).

A internet vem se destacando entre as tecnologias da informação e comunicação por suas múltiplas possibilidades de uso e por ser capaz de ultrapassar a unidirecionalidade da informação de outros meios, a exemplo do rádio, do jornal e da televisão. A internet abre lugares para a criação de redes, de trocas materiais e simbólicas em que os indivíduos podem passar de simples expectadores (como à época do rádio e da televisão) a agentes participativos no processo de criação, reprodução e ressignificação (CASTELLS, 1999).

Nesse contexto de debate, a reflexão aqui produzida se insere na linha daqueles que apontam que os espaços demandados pelos públicos não vem a degradar a experiência de democracia representativa, mas amplia as suas

potencialidades a fim de produção de políticas que represente mais e melhor as diversas composições sociais (IPEA, 2010) (FARIA, 2012).

Os objetivos deste texto são, em primeiro lugar, auxiliar no aprofundamento das reflexões sobre a democracia digital e pensar sobre o processo de aproximação do Estado com os cidadãos através da internet, pois seu advento e difusão agregam muitas possibilidades, especialmente a questões centrais ao processo democrático como são a transparência, a participação e a informação política. Falamos de potencialidades, e a pesquisa carrega essa carga de normatividade, pois partimos do pressuposto que, ante aos novos desafios que são colocados pelos novos públicos – que são de natureza multicêntrica, com ampla diversidade de demandas, e que tendem a expressão de forma individualizada, mas encontrando eco em outros atores também individuais ou em pequenos aglomerados espalhados no corpo social – somente um espaço de livre informação, relativamente transparente, de livre circulação de ideias e participação, poderia agregar essas múltiplas e multiformes demandas dos públicos (CASTELLS, 2013), entendendo que a transparência e a participação criam ondas de educação participativa e leva os cidadãos a serem mais ativos politicamente (PATEMAN, 1992).

O estudo das instituições políticas pensadas no contexto da democracia digital ainda sofre com um déficit no referente ao desenvolvimento de estudos que considerem as dinâmicas institucionais, portanto, incluímos aqui elementos de reflexão de cunho organizacional como fez Cristiano Ferri de Faria (2012). Considerando que os partidos políticos são de extrema importância nos processos governativos e de geração de políticas, tanto no Executivo quanto no Legislativo, podemos entender de maneira mais clara e apontar como uma possível explicação ao processo decisório, os perfis partidários que estão no exercício do governo. A partir desse entendimento, é que inserimos os partidos como uma das possíveis variáveis explicativas da presente análise.

Ainda restam alguns questionamentos sobre as transformações que sofrem o Estado, se são advindas da própria estrutura do Estado e de forças externas, sem influência das novas tecnologias da informação e comunicação, ou se, entre essas forças externas, encontra-se também influências das transformações tecnológicas nas áreas da informação e das comunicações; ou ainda, se o Estado realmente tem ressignificado as suas ações ou só as reproduz via novas tecnologias, a partir do advento destas. O foco de nossa análise está centrado nas instituições do Estado, portanto ela começa, desde agora, a sofrer cortes, tanto em termos teóricos quanto em termos empíricos.

### **Objeto de estudo e metodologia da pesquisa**

Como já foi apontado no transcórre deste texto, trabalharemos com três dimensões de variáveis: informação, participação e transparência nas experiências de *e*-democracia. Dessa forma, este trabalho analisa a partir da perspectiva institucional o uso da internet para ampliação das práticas democráticas.

A análise a partir da dinâmica das instituições é importante, pois dá luz à compreensão dos elementos políticos que levam à efetivação ou não das políticas públicas de democracia digital e, no caso do estudo de Faria (2012) o autor consegue apreender as dificuldades e entraves político-institucionais que, no âmbito legislativo, produzem espaços de *e*-democracia.

Outro ponto a se destacar no trabalho de Faria (2012) é que ele não desconhece a importância da mobilização popular, já que essa é essencial aos processos de democracia digital, contudo, também entende que o primeiro passo deve ser dado pelas esferas institucionais, qual seja, o de fornecer espaços de transparência e participação via *web*, já que o acesso a esses mecanismos geram uma educação a participação nos cidadãos e os empoderam com informações importantes sobre os processos políticos

(FARIA, 2012). O trabalho citado, assim como outros trabalhos empreendidos sobre espaços deliberativos via *web* (MARQUES, 2008), também contemplam a avaliação dos mecanismos e leva em consideração a efetiva participação cidadã nos espaços digitais. Trabalhos que assim referenciam a sua reflexão auxiliam na construção de mecanismos participativos mais atraentes ao cidadão e conseqüentemente, mais efetivos.

Partindo disso, para fins metodológicos de desenvolvimento do presente trabalho, nas análises do conjunto de variáveis sobre *e*-participação não buscou nenhum caminho com pouco uso, as variáveis avaliativas são fundamentadas teoricamente na perspectiva deliberacionista (MARQUES, 2008; WERLE, MELO, 2007; GOMES, MAIA, 2008), normalmente carregada de normatividade. Enquanto isso, nas questões sobre informação e transparência não há necessidade de buscar uma alternativa, já que mesmo nas perspectivas minimalistas de democracia a importância da necessidade de sua existência em nível amplo é consensual (DAHL, 1997; O'DONNELL, 1998), não havendo grandes gradações de níveis/perspectivas de transparência em relação ao quanto aparece em se tratar da temática da participação, apesar de uma ampla diversidade de áreas que utilizam do conceito, sempre ou quase sempre com uma análise que tende ao realismo político, a exemplo da Ciência Política, Administração Pública, Gestão Pública e Privada, Ciências Contábeis, dentre outras (AVRITZER *et. al* 2008; PERUZZOTTI, 2008; CEPAL, 2010; WARTHA, 2011)<sup>2</sup>.

O presente trabalho apresenta e analisa a democracia digital a partir do tripé informação, participação e transparência. Esses elementos da democracia digital, apesar de estarem presentes em uma grande parcela dos trabalhos sobre o tema, não recebem nesses trabalhos a mesma dimensão de importância entre si. Grande parte dos trabalhos empreendidos sobre

---

<sup>2</sup> É importante salientar que me refiro aqui a partes da reflexão sobre democracia e a totalidade da bibliografia citada não trata diretamente da importância da transparência via internet.

democracia digital no Brasil, devido principalmente ao referencial teórico do deliberacionismo habermasiano concedem um grande enfoque aos processos participativos, em especial com um caráter de participação e deliberação, condicionando as temáticas da informação e transparência apenas como elementos complementares aos mecanismos de deliberativos (GOMES, 2005; GOMES, MAIA, 2008; SILVA, 2005; MARQUES, 2008; WERLE, MELLO, 2007).

Estes autores dedicam seus trabalhos a compreender as potencialidades e a pensar sobre os mecanismos participativos a ser possibilitados pela democracia digital, a partir da possibilidade de ocorrências de processos deliberativos nos espaços democráticos *web*. Esses trabalhos são também, até certo ponto, reflexo de uma ampla demanda por participação identificada por perspectivas participacionistas de variadas vertentes (PATEMAN, 1992; DAGNINO, 2002; SANTOS, 2009; SANTOS, 2005; AVRITZER, 2008; GOMES, MAIA, 2008; BRASIL, 2011). Contudo aqui apostamos em olhar a *e*-informação e a *e-accountability* como tão importantes quanto a *e*-participação.

Outros trabalhos, especialmente aqueles que não estão centrados nos processos deliberativos conseguem abranger outros processos e potencialidades da democracia digital (BRAGA, 2007; BATISTA, 2008; BEZERRA, 2008; BEZERRA *et al*, 2010). Esses trabalhos se preocupam com outros conjuntos de variáveis importantes para se pensar no campo da democracia digital para além daquelas que só contemplam os aspectos da participação. Braga (2007) em sua análise sobre os legislativos sul-americanos utiliza-se de variáveis que contemplam os critérios de acessibilidade, *accountability* e participação, enquanto Bezerra (2008), partindo do conceito de “boa governança” revisita e discute aspectos da literatura sobre o tema e aponta a *accountability* e a responsividade políticas como elementos estruturantes da democracia digital e Batista (2008) tem como foco de análise a transparência e participação.

Os estudos sobre participação política estão em muitos aspectos associados à articulação da sociedade civil, desde as referências mais clássicas (PATEMAN, 1992). Assim sendo, em muitos trabalhos, o fator norteador da participação é uma emancipação social promulgada pela própria sociedade civil. No âmbito dos estudos sobre participação política via TIC é comum também restringir a reflexão a esses processos participativos *botton up*, negligenciando o poder conjuntural da informação pública e da abertura de espaços institucionais de participação. A defesa da análise a partir da perspectiva institucionalista, que é apresentada aqui, se constitui de uma reflexão que entende a necessidade de inclusão dos elementos políticos institucionais para a compreensão do que Faria (2012) denominou de e-democracia institucional.

### **Partidos Políticos no Governo e e-democracia**

Por mais veemente defensor que alguém possa ser do modelo “polis grega”, não há como negar os ganhos democráticos que consolidaram instituições e processos para um novo tempo de dinâmicas e resultados políticos (BOBBIO, 1998). Para o desenvolvimento da presente reflexão, depreende-se que, o que denominamos de democracia digital – ou termos correlatos – se refere à abertura de poros de sensibilidade das instituições do Estado para as demandas cidadãs, portanto, compreendendo que, a democracia digital e, mesmo a democratização do acesso de uma maneira geral, dependem de ações estratégicas do Estado para a sua consolidação.

Quanto às transformações na experiência democrática, elas tendem e devem consolidar e aprimorar a experiência democrática representativa, assim como tem acontecido com os mecanismos tradicionais de participação aqui no Brasil, conforme nos aponta estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA:

No país, a agenda de ampliação de espaços participativos não se contrapõe e não enfraquece os mecanismos tradicionais de representação política: os complementa. Conselhos, audiências públicas, propostas legislativas de iniciativa popular, todas previstas legalmente, e orçamentos participativos, ainda não institucionalizados na forma da lei, têm ampliado em muito o escopo da participação política direta sem, com isso, enfraquecer a democracia representativa no país. Portanto, podemos concluir que uma democracia representativa com um processo de responsividade de qualidade, principalmente no que diz respeito ao seu conteúdo e aos resultados oferecidos pelo sistema político, reduz o espaço para propostas radicais de reforma política, que podem, inclusive, mascarar tentativas de enfraquecimento da própria democracia representativa (IPEA, 2010,p.120).

Os partidos são instituições fundamentais nas democracias, pois fornecem um dos mais elementares vínculos entre o Estado e a sociedade. Algumas alterações nas configurações institucionais nas atuais democracias, e propostas, como a abertura de novos espaços participativos aos cidadãos, têm aparentemente contraposto a representação partidária aos contemporâneos mecanismos e formas de acesso da sociedade às estruturas de Estado.

O propósito desse texto encaminha-se na perspectiva de considerar na representação partidária, espaços de democracia ampliada como estruturas complementares, renovadoras, oxigenadoras e legitimadoras do modelo representativo, além disso, apresenta como uma necessidade a reformulação nas práticas partidárias para essas novas demandas. Tal reformulação para as demandas no exercício da cidadania política tem um espaço de reflexão ainda diminuto no que se refere às relações entre partidos políticos e sistemas partidários ante a necessidade de maiores espaços de participação e deliberação. Essa discussão dentro do caso brasileiro faz-se interessante, pois aqui no Brasil há algumas destacáveis iniciativas de aproximação das instituições estatais com a sociedade civil, contudo são raros os casos dessa aproximação dentro das estruturas partidárias.

Além disso, os partidos são essenciais à formulação de políticas públicas, especialmente no contexto em que podem pensar espaços mais abertos de

interlocução com os cidadãos, ou mesmo de usar o apoio do grupo de cidadãos para pensar mecanismos de fortalecimento dos vínculos com o eleitorado, o que é uma necessidade constante, para além do período eleitoral, pois a perda desses vínculos pode afetar diretamente a avaliação de legitimidade dos governos e a dificuldade de que o grupo seja reeleito.

Contrário à necessidade apontada, temos um crescente número de estudos sobre a flexibilização das ideologias partidárias por parte de partidos políticos já consolidados, a fim de maior alcance eleitoral. Esse processo gerou, conforme aponta essa bibliografia, um enfraquecimento das raízes dos partidos na sociedade, apesar da identidade partidária continuar sendo de fundamental importância nas casas legislativas (PEREIRA, MUELLER, 2003) e nas composições de governo. Assim sendo, é importante reimprimir o papel dos partidos ante a sociedade nas democracias contemporâneas, se entendemos que os partidos continuam sendo instrumentos importantes de exercício da democracia.

As sociedades industriais avançadas experimentaram avanços políticos e sociais que impactaram o modelo representativo e partidário de democracia. Os sistemas partidários das sociedades avançadas sofrem um processo de descrença em seus partidos, o que reflete no sistema partidário e nas instituições políticas. Relacionados a esse processo de descrença, se interligam dificuldades na representação democrática via partidos políticos, enfraquecimento de legitimidade popular das instituições democráticas representativas e a perda sensível de vínculos políticos através das organizações partidárias (MOISÉS, MENEGUELLO, 2013).

Russel Dalton, Ian McAllister e Martin Wattenberg (2003) desenvolveram um importante artigo sobre “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. Compreendendo identificação partidária a partir do conceito de John Coleman, os autores definem essa identificação

enquanto “capacidade dos partidos de mobilizar e integrar as massas no processo democrático” (COLEMAN *apud* DALTON *et al*, 2003, p.295). Uma das principais funções da identificação partidária, na concepção dos autores, é dar concessões de estruturas e significado às crenças políticas e sociais dos indivíduos, além de possibilitar uma série de percepções que auxiliam os indivíduos a compreenderem a complexidade da política e, proporcionar uma base referencial para compreensão e avaliação de novos estímulos políticos, além de estímulos para o envolvimento dos indivíduos em campanhas e pleitos eleitorais (DALTON *et al*, 2003; DALTON, 2000). Em síntese, a identificação partidária é propulsora do comportamento político dos nossos eleitores e cidadãos.

Os partidos políticos em casos individuais ou em conjunto têm tendido ao centro do sistema político, mas não por uma influência ideológica, mas por uma ação “mercadológica”. Entendendo os partidos políticos enquanto entidades privadas, embora de interesse público, podemos compreender melhor esse processo de preponderância de concentração ao centro dos espectros políticos-ideológicos. Contudo, essa não é uma simples tendência centrista, mas uma postura de centro para uma maior flexibilidade do discurso a fim de agradar diferentes perfis de eleitores, ou seja, a justificativa dessa flexibilidade nos discursos e posicionamentos se encontra na captação de maior quantitativo de votos nos pleitos eleitorais.

Essa postura de vários partidos quando chegam ao poder, ou principalmente para chegarem ao poder, levou à conceituação de partidos “*catch-all*”. Em artigo denominado “A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental”, Otto Kirchheimer apresenta e trabalha aplicações do conceito de partido *catch-all*. Na perspectiva do autor, a característica *catch-all* de um partido político se define quando o partido flexibiliza seus posicionamentos ideológicos, ou mesmo altera seus discursos a fim de alcançar determinadas parcelas do público votante e conseqüente aumento do

eleitorado com intenções de resultados positivos nas eleições (KIRCHHEIMER, 2012).

Na análise empreendida por Kirchheimer (2012) fica claro que alguns fatores podem influenciar ou dificultar o processo de migração de partidos ideológicos para partidos *catch-all*. Dentre os motivos apontados pelo autor se encontram as bases partidárias, a trajetória e o contexto no qual o partido está inserido – a exemplo do modelo institucional, sistema político partidário, o grau de competitividade entre os partidos no processo eleitoral. Além disso, o autor aponta algumas consequências do processo de migração para partidos *catch-all*.

Um conjunto de consequências surge a partir das falhas de transição de uma estrutura ideológica mais rígida para uma estruturação *catch-all*, as quais podem compreender a perda de força/influência sobre os seus eleitores, especialmente do eleitorado mais antigo que se identificava mais fortemente com as posturas mais radicalizadas do partido. Ou seja, existem vantagens e desvantagens nesse processo de flexibilização, pois há a capacidade de ampliar o quantitativo de eleitores do partido nos pleitos eleitorais, mas perde-se qualitativamente com a fragilização dos vínculos entre o eleitorado do partido e o partido político mesmo entre aquele eleitorado conquistado anteriormente ao processo de flexibilização (KIRCHHEIMER, 2012).

Algumas demandas teóricas e sociais por espaços de participação e deliberação estão se apresentando como elementos mais adequados às formas políticas de nosso tempo. A seguir, essa discussão sobre a configuração dessas formas dentro de uma democracia representativa é rapidamente apresentada, e o texto dirige assim como outros que o embasam, para uma posição mais moderada, buscando refletir sobre o papel dos partidos políticos nessa nova conjuntura de espaços de participação e deliberação, entendendo que esses espaços não suprem o papel dos partidos políticos, mas configuram novos

arranjos democráticos dentro das democracias representativas (IPEA, 2010; BEZERRA, 2008).

Boaventura de Sousa Santos (2009) ao discorrer sobre as mudanças na teoria democrática ao longo do século XX afirma que “quanto mais se insiste na forma clássica de democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de, a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas.” (SANTOS, 2009, p.42). A partir dessa interpretação das novas demandas democráticas apresentadas por Santos (2009) podemos afirmar que: as democracias ocidentais sofrem de uma crise de legitimidade, há demandas por participação política mais densa, ao mesmo tempo em que há uma luta pelo caráter normativo da política, devido à condição que o autor chama de degradação das práticas democráticas.

Uma das formas de degradação apontadas por diferentes autores são os processos não democráticos no interior dos partidos políticos. A realidade dos partidos políticos enquanto organizações privadas que disputam espaços públicos é uma condição que faz com que partidos compitam influenciados por interesses normalmente direcionados por suas elites partidárias. As formas de tomada de decisão no interior do partido, especialmente no aspecto da escolha de candidatos e distribuição de cargos e funções, seja internamente ou nos órgãos públicos, faz com que os partidos políticos sejam considerados, em algumas pesquisas e enquetes de opinião pública, como uma das instituições menos confiáveis. Além disso, somando se às decisões pouco democráticas dentro dos partidos, também é comum encontrar um elevado grau de opacidade quanto aos processos internos e disputas internas comuns ao processo político.

A demanda por transparência, presente também no que se refere à administração pública e aos processos eleitorais, também é cobrada dos partidos políticos enquanto instituições. Os partidos comportam diferentes

indivíduos com diversos papéis sociais dentro ou nas proximidades da sua estrutura. Além das funções administrativas, dos representantes eleitos, existem a militância, os filiados comuns, os eleitores não filiados e os simpatizantes. Alguns grupos, especialmente os três últimos grupos, são fundamentais na expressão de alcance dos partidos, pois a maior parte da sua expressão eleitoral encontra-se entre os filiados comuns – aqueles sem cargos –, os eleitores não filiados mas com constante votação no partido e os simpatizantes que votam algumas vezes no partido mantêm vínculos mais frágeis, normalmente associados à pleitos eleitorais específicos ou a personalidades do partido político numa respectiva disputa eleitoral.

É pela captação do voto desse eleitorado que se encontra a margem da estrutura partidária que se flexibilizam os partidos *catch-all*. A busca desses partidos por aumentar o seu quantitativo de votos é expressão do acirramento nas disputas eleitorais e também de um contexto de mudança no papel dos partidos políticos. Os partidos políticos deixaram de ser, em sua maioria, fornecedores de informação e formação política, ou seja, os partidos deixaram de fornecer os instrumentos com que os cidadãos visualizavam o mundo político a sua volta. A substituição dos partidos enquanto fonte de informação pelas fontes midiáticas, especialmente da mídia comercial, foi um dos mecanismos de enfraquecimento dos vínculos entre cidadãos e partidos.

O enfraquecimento dos vínculos entre partidos políticos e cidadãos coadunou com algumas práticas já presentes em alguns partidos, a exemplo do modelo de tomada de decisão centralizada. O modelo de partido com vínculos mais fortalecidos com o eleitorado proporcionava maior controle social dos filiados sobre a própria estrutura partidária a qual fazia parte. Com o deslocamento do alvo partidário do fortalecimento da capilaridade para a ampliação do número de votantes, os partidos começam a perder força na fidelidade do seu eleitorado. Além disso, enquanto instituições, com um eleitorado mais volátil, uma estrutura institucional mais enxuta e com menor

controle social, os partidos centralizam as tomadas de decisão e os acessos aos processos decisórios internos à instituição partidária ficam mais difíceis, dificultando a transparência partidária.

Além das mudanças internas aos partidos, existem as mudanças externas, no seio das sociedades. Várias mudanças sociais ocorreram durante o século XX, promovendo novas demandas democráticas. Especialmente na segunda metade do século XX foram se formando concepções alternativas à democracia liberal, especialmente a teoria da democracia participativa, a teoria da democracia deliberativa, as concepções mais ampliadas de democracia a exemplo da expressa em “Uma teoria da justiça” (RAWLS, 1981) e em “Três modelos normativos de democracia” (HABERMAS, 2002).

Diante disso, surge uma questão quanto ao papel dos partidos políticos na atualidade. O entendimento de que houve um enfraquecimento dos partidos ante ao eleitorado, mas que ainda é importante o papel da organização partidária na arena governativa (PEREIRA, MUELLER, 2003). Buscamos aqui avaliar os partidos no exercício dos governos, e ante as novas demandas de ampliação democrática, correlacionamos a ação partidária às políticas de ampliação dos espaços de prática democrática e tentamos mensurar uma possível influência do perfil ideológico dos partidos nessas práticas nos Executivos subnacionais brasileiros.

### **Mecanismos de informação, transparência e participação via websites dos governos estaduais**

Os sites governamentais são instrumentos importantes para a informação governamental, a *accountability* e a participação política. Tentamos mensurar como os sites analisados tem se comportado ante as demandas por boa governança via *web*. Utilizando de uma avaliação quantitativa desses *web sites*,

os dados coletados foram agrupados em uma planilha, quantificados e analisados.

A coleta e a análise dos dados seguiu no que coube, às técnicas usuais de análise de sites governamentais no campo de estudos da democracia digital empreendido no Brasil. O embasamento metodológico também tem bases na literatura brasileira sobre o tema. Para a análise quantitativa dos dados utilizamos de análise estatística básica.

No quadro 1 apresentamos as variáveis que foram utilizadas para mensurar a qualidade da *e*-democracia nos *web sites*, definindo também os critérios de avaliação e os perfis dos governos estaduais analisados.

Para desenvolvimento do trabalho e produção de uma análise quantitativa dos dados, foram estabelecidos critérios de avaliação das variáveis apresentadas no quadro 1, conforme padrão utilizado na Pesquisa Democracia e Boa Governança via *web sites* dos governos estaduais (BEZERRA *et al*, 2010; 2011; JORGE, BEZERRA, 2011). Os critérios estabelecidos para essa avaliação são: a existência e o funcionamento de cada um desses mecanismos, que qualificamos como variáveis analíticas.

Após apresentadas as variáveis, a seguir é exposto o modo que estas serão analisadas. Primeiramente, como já foi apontado no transcórre do projeto, trabalharemos com três dimensões de variáveis: informação, participação e transparência, tanto no nível da democracia tradicional quanto nas experiências de *e*-democracia.

Esses critérios foram quantificados para a análise, conforme padrão desenvolvido na pesquisa supracitada. Assim sendo, avaliaremos quantitativamente os portais gerais dos governos de cada Unidade da Federação do país, listados no quadro 2 (Sites governamentais a serem analisados por região, unidade da federação, partidos e espectro político-ideológico), pontuando para cada variável apresentada no quadro 1 (Variáveis

de avaliação dos *web sites* governamentais classificadas por grupo), cada item a partir de critérios estabelecidos, conforme descrito no quadro 3 (Critério de atribuição de pontuação às variáveis nos sites governamentais).

**Quadro 1. Variáveis de avaliação dos *web sites* governamentais codificadas e classificadas por grupo**

	<b>INFORMAÇÃO</b>		<b>PARTICIPAÇÃO</b>		<b>TRANSPARÊNCIA</b>
i1	Concursos e programas de estágios profissionais	p1	E-mail e/ou fale conosco para contato	t1	Inscrição para recebimento de newsletter do gabinete/secretarias
i2	Notícias atualizadas	p2	Estatísticas de navegação	t2	Contratos / Lista de empresas fornecedoras
i3	Acervo de imagem e/ou som de eventos promovidos ou de interesse do Executivo	p3	Links para secretarias e outros órgãos estatais	t3	Editais licitações
i4	Boletim informativo	p4	Ouvidoria ou análogo	t4	Sistema de acompanhamento de licitações
i5	Agência de comunicação/ Coordenadoria de informações ou publicações	p5	Resposta da Ouvidoria;	t5	Receitas / despesas do Poder Executivo
i6	Anúncio de livros e documentos editados	p6	Inscrição <i>on-line</i> para eventos	t6	Tabela salarial do Poder Executivo
i7	Periódicos de circulação regular (html. ou em “.pdf”)	p7	Respectivas avaliações finais. Uso de blogs, you tube, twitter e outros formatos de interação	t7	Relatório da gestão fiscal da Instituição
i8	Íntegras das publicações	p8	Legislação / orçamento participativo online	t8	Agenda do governador
i9	Serviço de <i>clipping</i>	p9	Consultas públicas, convites públicos a indivíduos / grupos, especialista com ou sem temas específicos para debate	t9	Acervo documental das administrações anteriores, especialmente relatórios técnicos, relatórios orçamentários/gestão fiscal, projetos de políticas públicas e ações governamentais
i10	Serviço de notícias	p10	Enquetes sobre temas polêmicos	t10	Orçamento comentado
i11	Relatórios comentados sobre os projetos de políticas públicas e demais ações governamentais	p11	Fóruns ou <i>chats</i> de debates sobre temáticas específicas com acervo de anteriores	t11	Declaração patrimonial
i12	Mini-currículo político-	p12	Fóruns ou <i>chats</i> não	t12	Projetos de lei enviados para o

	partidário e administrativo da governadoria		tematizados com acervo de anteriores		Poder Legislativo
i13	Disponibilização de textos relativos a processos de formulação de políticas públicas	p13	Formulário para avaliação do desempenho dos gestores / do governo / das secretarias	t13	Tramitação de Projetos de Lei enviados ao Poder Legislativo
i14	Acesso a organograma da instituição	p14	Links para processos decisórios abertos a consulta pública	t14	Constituição Estadual e Federal em formato .pdf ou .doc
i15	Planejamento estratégico da gestão / Plano de governo			t15	Leis estaduais em formato .pdf ou .doc
i16	Composição do Poder Executivo			t16	Leis ou emendas orçamentárias
i17	Informações sobre administrações anteriores			t17	Íntegra do orçamento
		t18	Projetos de políticas; ações do governo em processo de implantação ou avaliação.		

Fonte: Elaboração própria, com base em trabalhos empreendidos por Bezerra *et al* (2010, 2011), Jorge e Bezerra (2011); Braga (2007).

O Quadro 2 apresenta os estados, o perfil partidário e ideológico dos governos e os sites governamentais que foram analisados. O Quadro 3 tem como referência os trabalhos empreendidos por Bezerra e colaboradores na pesquisa “Democracia e Boa Governança via websites dos governos estaduais”.

**Quadro 2. Sites governamentais a serem analisados por região, unidade da federação, partidos e espectro político-ideológico**

Estado	Partido/espectro-político partidário e ideológico	Site
Bahia	PT / Esquerda	<a href="http://www.ba.gov.br/">http://www.ba.gov.br/</a>
Pernambuco	PSB / Esquerda	<a href="http://www.pe.gov.br/">http://www.pe.gov.br/</a>
Rio de Janeiro	PMDB / Centro	<a href="http://www.rj.gov.br">http://www.rj.gov.br</a>
São Paulo	PSDB / Centro	<a href="http://www.saopaulo.sp.gov.br">http://www.saopaulo.sp.gov.br</a>
Santa Catarina	DEM / Direita	<a href="http://www.sc.gov.br/">http://www.sc.gov.br/</a>

Fonte: elaboração própria. Espectro ideológico convencionalmente utilizado pela literatura vigente<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Agradeço nesse em muitos outros momentos a colaboração do Professor Pedro Floriano Ribeiro (UFSCar) que também foi de extrema importância em fases importantes do desenvolvimento desse trabalho.

**Quadro 3. Critério de atribuição de pontuação às variáveis nos *sites* governamentais**

Critério	Pontuação
Informação completa / mecanismo existente em funcionamento	2,0
Informação incompleta / mecanismo existente, mas sem funcionamento	1,0
Informação / mecanismo não estiver disponível	0,0

Fonte: Bezerra *et al* (2010, 2011).

O gráfico 1 apresenta o quantitativo de pontuação alcançados no quesito informação em cada *site* governamental estadual. Cada estado poderia alcançar 34 pontos no quesito informação. O quesito informação abrange elementos importantes em qualquer avaliação de *web site* governamental, pois ele abrange variáveis sobre elementos fundamentais de facilidade de acesso as informações mais básicas sobre o governo e também contempla a apresentação geral do *web site* e da sua função, sendo a primeira interface de contato com quem acessa o site. Ou seja, o governo em exercício se apresenta com os elementos que consideramos como variáveis de informação. Percebemos que se destacam quanto ao quantitativo de informações disponibilizadas via *web site* os governos dos estados de São Paulo e Pernambuco, contudo nenhum atinge a pontuação máxima.

**Gráfico 1: e-informação por Unidade Federativa**

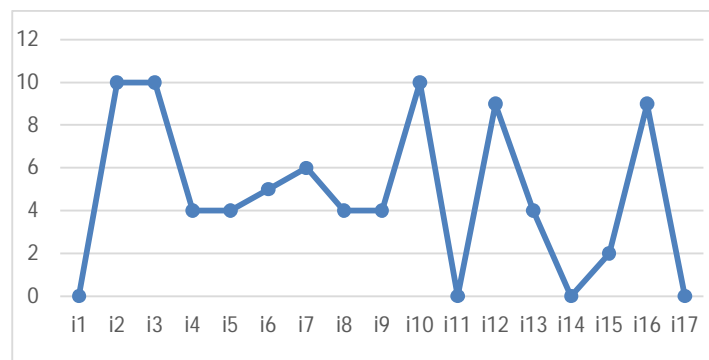


Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais enquanto mecanismos de informação, transparência e participação”.

Analisando por variável, é possível perceber que variáveis o conjunto dos sites dos cinco estados analisados priorizam. A partir do quantitativo de sites e

da pontuação máxima possível por variável, percebemos que no quesito informação apenas quatro variáveis alcançam a pontuação máxima, estão pontuando as variáveis i1 (concursos e programas de estágios profissionais), i2 (notícias atualizadas), i3 (acervo de imagem e/ou som promovidos ou de interesse do Executivo) e i10 (serviços de notícias), conforme gráfico 2.

**Gráfico 2: e-informação no conjunto das Unidades Federativas analisadas**



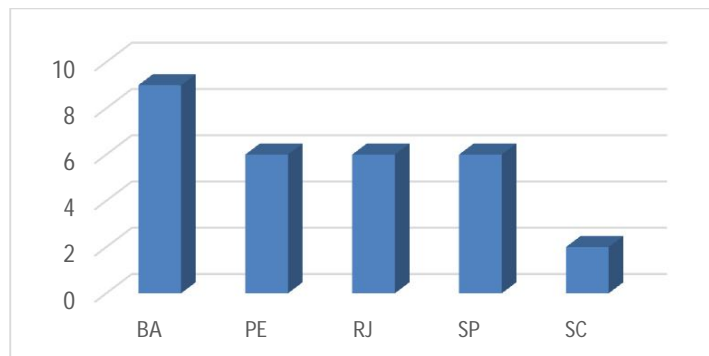
Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais enquanto mecanismos de informação, transparência e participação”.

Considerando que temos na análise sobre e-informação um quantitativo de dezessete variáveis, e que, somente quatro dessas variáveis atinge a pontuação máxima, identificamos, portanto, um déficit no quesito informação, nos *web sites* analisados. Ou seja, há dificuldades dos governos ate mesmo em sua interface de apresentação, representando um pequeno uso dos instrumentos e possibilidades das novas tecnologias da informação.

No gráfico 3, e-participação por *web site* do governo da Unidade da Federação, percebemos um destaque do site do governo do estado da Bahia nesse quesito. Contudo observando o número de variáveis nesse quesito (14) e a pontuação máxima que poderia ser atingida (28) percebemos que mesmo o site do estado da Bahia alcançou apenas 32% do seu potencial no que se refere a e-participação. Isso representa que são poucos os espaços de participação presentes nos sites governamentais, quando temos uma extensa literatura que

apresenta, reflete e também aponta possibilidades para a *e*-participação via *web* (FARIA, 2012; GOMES, MAIA, 2008; SILVA, 2005).

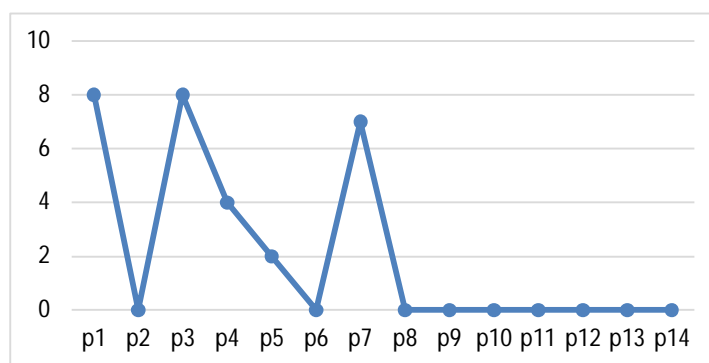
**Gráfico 3: *e*-participação por Unidade Federativa**



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais enquanto mecanismos de informação, transparência e participação”.

Vejamos agora quais variáveis e informações se destacam no quesito participação no conjunto de sites analisados. As variáveis p1 (*e*-mail ou fale conosco para contato), p3 (links para secretarias e outros órgãos estatais) e p7 (uso de blogs, *twitter* e outros formatos de interação) são as mais comuns nos sites analisados. Percebemos que variáveis deliberativas como orçamento participativo online (p8) e fóruns ou *chats* de debates (p11 e p12), apesar de estarem presentes em grande parte da bibliografia sobre democracia digital no Brasil, ainda são elementos inexistentes nos *web sites* governamentais estudados, conforme apresentado no gráfico a seguir.

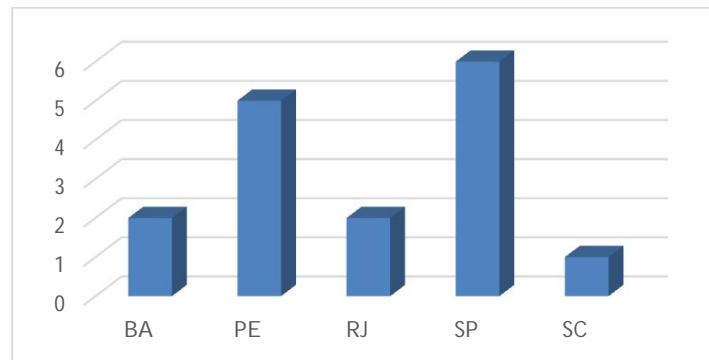
**Gráfico 4: *e*-participação no conjunto das Unidades Federativas analisadas**



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais enquanto mecanismos de informação, transparência e participação”.

O quesito transparência é uma das pautas de muitos governos, contudo sabemos que muito da divulgação governamental é feita com intuítos de legitimação do governo (e não das instituições democráticas). No quesito transparência percebemos que os sites que tiveram melhor desempenho foram os do governo de Pernambuco e de São Paulo, com cinco e seis pontos respectivamente.

**Gráfico 5: e-transparência por Unidade Federativa**

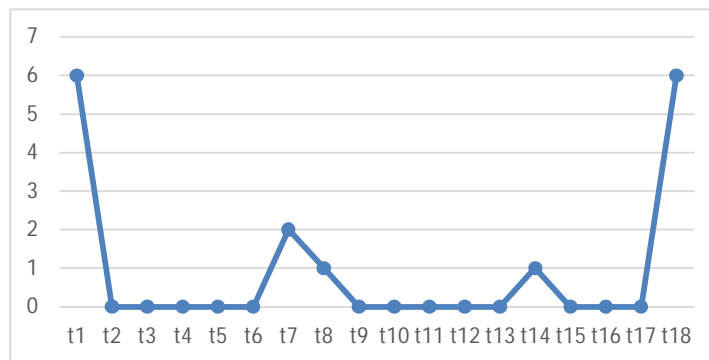


Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais enquanto mecanismos de informação, transparência e participação”.

Considerando que o quesito transparência era formado por dezoito variáveis, concluímos que a pontuação alcançada é ínfima em relação ao que poderia alcançar (36 pontos). Percebemos que os sites governamentais analisados, que são uma amostra dos sites dos governos estaduais brasileiros, têm um déficit enorme em transparência administrativa. Refletindo a partir de O`Donnell (1988), para quem a *accountability* política tem não apenas o papel de produzir informação verticalizada, ou *accountability* vertical (do Estado/governos para os cidadãos), mas há também o seu papel na produção de organização governamental, ou seja, *accountability* horizontal (informações e transparência entre os órgãos governamentais), assim sendo, o déficit de *accountability* existente dificulta muito os processos democráticos no Estado e no governo.

No gráfico 6 expomos a análise quanto a transparência governamental a partir das variáveis e considerando a expressão do quanto essas variáveis aparecem no conjunto dos *web sites* governamentais. Percebemos que, no conjunto dos sites governamentais analisados, apenas duas variáveis aparecem minimamente em mais de um *web site*, sendo estas as variáveis t1 (ferramenta de inscrição para recebimento de *newsletter* do gabinete e secretarias) e t18 (projetos de políticas/ações do governo em processo de implantação ou avaliação). As outras variáveis com pontuação em *e*-transparência, t7 (relatório de gestão fiscal da instituição), t8 (agenda do governador) e t14 (constituição estadual e federal) aparecem somente em um *web site* governamental, sendo t7 no site do governo do estado de São Paulo, t8 aparece de maneira incompleta no site do governo de Pernambuco e t14 também aparece de forma incompleta (apenas a constituição estadual) no site do governo estadual de Santa Catarina.

**Gráfico 6: e-transparência no conjunto das Unidades Federativas analisadas**



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais como mecanismos de informação, transparência e participação”.

Dessa forma, de maneira preliminar percebemos que os *web sites* governamentais analisados apresentam um baixo índice de informação, participação e transparência políticas. Apesar da predominância do caráter informativo nos sites analisados, percebemos que, mesmo no critério informação, os *web sites* analisados, que são uma amostra que acreditamos representativa dos sites governamentais a nível estadual no Brasil, são

ferramentas pouco exploradas para o encurtamento da relação entre representantes e representados, objeto que é basilar na literatura sobre democracia digital, conforme também constatou Bezerra e colaboradores (2011).

Ao escolher o partido político no governo dos Executivos estaduais e os mecanismos de participação e controles existentes expomos que esses podem ser considerados como elementos explicativos importantes que trazem provável correlação com o maior ou menor desenvolvimento dos *web sites* governamentais analisados.

Os dados sobre o partido político no governo foram colhidos preliminarmente, a tempo de construção do desenho da pesquisa e, a escolha desses partidos se orientou pela necessidade de representatividade dos perfis partidário-ideológicos, com base na literatura brasileira mais conhecida sobre o tema. O partido político, enquanto maior ou menor promotor de espaços de transparência e participação é objeto de um importante debate especialmente quanto à produção e manutenção dos mecanismos tradicionais de ampliação dos espaços democráticos (AVRITZER *apud* ROMÃO, 2010).

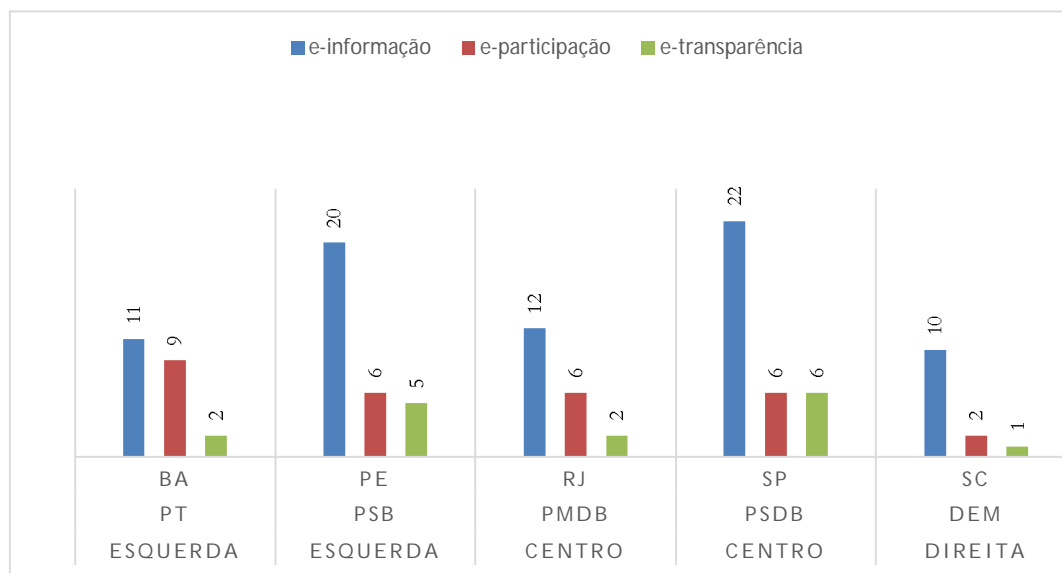
Nossa análise abrange partidos de esquerda (PT e PSB), centro (PMDB e PSDB) e direita (DEM). Nosso objetivo é entender se há uma possível influência desses perfis partidário-ideológicos para uma maior promoção de *e*-informação, *e*-transparência e *e*-participação. Vimos acima que os sites analisados apresentam muitas lacunas no que se refere a um projeto de *e*-democracia que contemple a informação, a participação e a transparência. Contudo, ainda tentamos identificar, pois a casos de pequenos destaques em alguns quesitos, a exemplo de São Paulo e Pernambuco.

No gráfico a seguir são apresentados os índices de comparação entre os perfis partidários e os quantitativos atingidos pelos sites nos três quesitos que norteou nossa avaliação. Compreendendo a partir de Avritzer (*apud* ROMÃO,

2010) para quem, no Brasil, os partidos de esquerda desenvolveram mais os mecanismos tradicionais de *accountability* e participação, buscamos mensurar isso no contexto de democracia digital.

O gráfico 8 expõe os dados condensados em gráfico de barras e os índices de *e*-informação, *e*-participação e *e*-transparência por governo do estado, considerando o perfil ideológico do partido principal do governo.

**Gráfico 7: Dados gerais dos *websites* dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina**



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Sites governamentais como mecanismos de informação, transparência e participação”.

Observando o gráfico acima, não percebemos nenhuma gradação relevante que diferencie centro, direita e esquerda quando ao desenvolvimento das políticas de *e*-democracia. A partir do gráfico acima, podemos perceber que não é possível traçar uma correlação forte, muito menos uma causalção com relação entre o perfil político-ideológico dos partidos no exercício dos Executivos estaduais com a qualidade da *e*-democracia apresentada em seus *web sites*, pois, ao mesmo tempo que identificamos o caso de Santa Catarina, com um governo de direita, com um baixo desenvolvimento da *e*-democracia no que se refere a *e*-informação, *e*-transparência e *e*-participação, isso também

é visível em governos de centro e de esquerda, como é o caso do governo do estado do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente.

Outro elemento importante a ser considerado a partir da análise do gráfico acima é que, todos os governos estaduais, independente do perfil ideológico do governo em exercício, desenvolvem mais em seus *web sites* o quesito *e*-informação, deixando em segundo plano a *e*-participação e a *e*-transparência. Fica claro, nesse ponto da análise, que os governos estaduais, independente das ideologias partidárias, não se apresentam tão dispostos a investirem em *e*-participação e *e*-transparência. Como apresentamos anteriormente, o item *e*-informação, que se destaca aqui, ele é composto de um conjunto de itens de apresentação geral do *web site* e do governo do estado que é responsável por este.

### **Considerações finais**

Assim sendo, os *web sites* governamentais exploram mais esses mecanismos de *e*-informação pela necessidade de consolidação da imagem, ou seja, os mecanismos de *e*-informação são normalmente utilizados como instrumentos de propaganda governamental, no intuito de apresentar o governo em exercício como um espaço de participação e transparência. Parece transparecer que os sites governamentais utilizam-se desse espaço para a propaganda chapa-branca, ou seja, utiliza-se de uma política pública para informatização governamental e para diminuir a separação entre representantes e representados para difundir uma imagem de *accountability* e de gestão participativa, quando na verdade faz divulgação apenas de imagens pessoais e partidárias na tentativa de se consolidarem no poder. Nesses casos o projeto de uma comunicação pública se esvai, tornando o espaço de comunicação pública para os cidadãos não muito diferentes daqueles espaços geridos pela iniciativa privada (BEZERRA, 2008; MIGUEL, 2000).

Apesar da complexidade em se pensar relações e implicações, é necessário também pensar em produzir políticas de democracia digital na esfera das experiências democráticas e da própria estrutura do Estado moderno. A tentativa aqui é apropriar da reflexão sobre as condições da democracia e do Estado no contexto brasileiro e buscar compreender como a pesquisa sobre democracia digital e os dados anteriormente apresentados contribuem para a reflexão, apresentando também para apontar possíveis deficiências na compreensão e dificuldades apresentadas à presente reflexão e ao desenvolvimento de uma agenda de pesquisa sobre democracia digital.

Dessa forma percebemos que os *web sites* governamentais analisados apresentam um baixo índice de informação, participação e transparência políticas. A predominância do caráter informativo nos sites analisados, mostra na ação dos governos estaduais estudados um interesse pela utilização das ferramentas de divulgação e propaganda via sites e não exatamente criar um contexto de *e*-democracia.

Os sites governamentais analisados não se apresentam como frutos de uma política pública específica. Em nenhum dos sites analisados foi encontrada informação que identificassem ações governamentais para a produção de uma política de democracia digital. Acreditamos que as correlações a partir de variáveis políticas não serão claras enquanto a produção da democracia digital na esfera subnacional ainda não for fruto de uma política governamental orientada para esse fim e com diretrizes específicas que contemple a plataforma política do grupo governante.

O desafio de pensar a democracia digital foi intenso, pois ainda que não mensurados no escopo desse trabalho, alguns itens são colocados à reflexão e posteriores estudos: qual o impacto das experiências de *e*-democracia nas esferas subnacionais e qual será o impacto na cultura política. Esses desafios nos faz perceber que ainda estamos diante de um tema em aberto, o qual,

como o próprio objeto geral da política, está a todo o tempo em mutação (SARTORI, 1981).

Os dados analisados em nosso trabalho nos colocam um desafio que foge em determinados aspectos de uma análise que caiba no campo da Ciência Política, mesmo no campo de estudos de Políticas Públicas, remetendo mais ao campo da Gestão Pública. A efetivação das políticas de democracia digital parece permear meandros que requerem uma análise mais qualitativa sobre os atores políticos que por elas são responsáveis, sobre os processos políticos nos quais se enquadram.

## Referências

- ANDRADE, R. C. *Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1998.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, jun., p. 43 – 64, 2008.
- BATISTA, C. M. TIC e participação cidadã na América Latina: um estudo de caso dos legislativos locais. In: CUNHA, M. A.; FREY, K.; DUARTE, F. (Orgs.). *Governança local e as tecnologias da informação e comunicação*. 1. ed. Curitiba: Champagnat, 2008.
- BEZERRA, H. D. Atores políticos, informação e democracia. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, nov., p. 414 – 431, 2008.
- BEZERRA, H. D.; JORGE, V. L.; BORGES, U. C. C.; FREITAS, M. R.; MARTINIANO, M. A.; SILVA, J. S. Democracia digital e participação política no Brasil. In: *Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Recife: Associação Brasileira de Ciência Política, 2010.
- BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BRAGA, S. S. Podem as novas tecnologias da informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, out., p. 450 – 468, 2007.
- BRASIL. *Lei de Acesso a Informação*. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. (Trad. Roneide Venâncio Majer). - A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M.. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CEPAL.. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Sesenta años de la Cepal: textos seleccionados del decenio 1998 – 2008*. (Ricardo Bielschowsky – compilador). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2012.

- DALTON, R.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, v. XXXVIII, (167), p. 295 – 320, 2003.
- DALTON, R. The decline of party identifications. In.: DALTON, R.; WATTENBERG, M. (eds.). *Parties without Partisans: political change in Advanced Industrial Democracies*. New York: Oxford University Press, p. 19-36, 2000.
- FARIA, C. F. *O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração de leis?* Brasília: Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara, 2012.
- GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005.
- GOMES, W.; MAIA, R. C. M.. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. In.: *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010. *Estado, instituições e democracia: democracia*. Brasília: Ipea, v. 2. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9).
- JORGE, V. L.; BEZERRA, H. D. Democracia digital e participação política: o Brasil na era da interconectividade. In: *Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR*. Belo Horizonte. World Association for Public Opinion Research – América Latina, 2011.
- KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, Brasília, jan./abr., p. 349-385, 2012.
- MARQUES, F. P. J. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso brasileiro*. Salvador. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia. 2008.
- MIGUEL, Luis F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, n. 55-56, 2000.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, n. 44, p. 27-53, 1998.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. (Tradução Luiz Paulo Rouanet). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B.. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 46, n. 4. Rio de Janeiro, 2003.
- PERUZZOTTI, E. *Accountability*. In: Avritzer et. al (org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pp. 477-483.
- RALWS, J. *Uma teoria da justiça*. (Trad. Vamireh Chacon). Brasília: Editora UnB (Coleção Pensamento Político, 50), 1981.
- ROMÃO, V. M. 2010. Entre a sociedade civil e a sociedade política: *Participatory institutions in democratic Brazil* de Leonardo Avritzer, Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009, 205pp. *Novos estudos – CEBRAP*, n.87, São Paulo, jul., p. 199-206, 2010.
- SANTOS, B. S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Coleção: Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 1), 2009.
- SANTOS, B. S. Reinventar la democracia. Reinventar el Estado. *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- SARTORI, G.. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. (Tradução de Sérgio Bath). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 11, n. 2, out., p. 450-468, 2005.

WARTHA, P. Transparência na e da administração pública: (in) compatibilidade entre visibilidade e demais preceitos constitucionais a partir da análise do caso concreto por meio da APDF 144 do STF. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, v. 1; n. 2, p. 1-30, jul./dez, 2011.

WERLE, D.; MELLO, D. (org). *Democracia Deliberativa*. São Paulo: Esfera Pública, 2011.